

05 FEV 1990

CORREIO BRAZILIENSE

*Dr. Saúde*  
**FIM DE LINHA**

# Governo não vai mais pagar aluguel do Saúde em Casa

Marcio Vieira

Da equipe do **Correio**

Marcada para às 10h em frente ao prédio das Pioneiras Sociais, a manifestação pedindo a manutenção do programa Saúde em Casa acabou antes mesmo de começar. Às 10h30, quando o carro de som dos manifestantes iniciou os primeiros acordes de um pagode, chegou a informação de que o secretário de Saúde interino, Paulo Kalume, receberia uma comissão de seis diretores de sindicatos e associações para uma conversa. Em troca, o carro de som manteria silêncio para não incomodar os pacientes do Hospital Sara Kubitschek. Democraticamente, os dois lados mantiveram o acordo, a não ser pelos tradicionais apitos distribuídos por um manifestante.

No nono andar do Edifício Pioneiras Sociais, onde foi realizada a reunião no gabinete do secretário, tão rápida como a manifestação foi silenciada, decidiu-se o que fazer. "Não vamos renovar os aluguéis dos contratos das casas, onde funcionam algumas unidades do Saúde em Casa, porque não sabemos se o que estamos pagando são valores de mercados", afirma Kalume. Os aluguéis variam entre R\$ 400 e R\$ 1.200 e há cerca de 30 casas já com contratos vencidos. A solução para esse impasse, segundo o secretário, é que a comunidade, junto aos funcionários do Saúde em Casa, estude novos locais para a instalação das unidades de tratamento. "Como igrejas e Caics", exemplifica.

Para a diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), Rejane Pitanga, essa medida descaracteriza o programa. "Queremos manter o programa exatamente nos mesmos moldes em que foi criado", rebate. "Mesmo porque a comunidade já está acostumada com os locais", justifica. No entanto, Kalume é enfático. "Nos próximos cinco meses vamos reavaliar todo o programa."

Com relação aos tickets-refeição e vales-transporte do mês de dezembro, que os funcionários do programa não receberam, Kalume explica que na fatura de pagamento que a Secretaria de Saúde recebeu do Instituto Candango não constava os gastos com os vales e os tickets. "Mas na fatura de janeiro já está providenciado os gastos com vales e tickets." Ontem mesmo, Kalume repassou a fatura para a Secretaria de Fazenda — responsável pela liberação dos recursos — pedindo a liberação da verba para o pagamento dos funcionários.

Outro ponto que o governo e os sindicatos divergem é sobre as demissões ocorridas no Saúde em Casa depois da posse do governador Joaquim Roriz. "Queremos a readmissão de todos os 14 funcionários demitidos", diz a diretora da Associação dos Trabalhadores do Saúde em Casa, Cláudia Paola Aguiar. "Isso é perseguição política." O secretário de Saúde rebate. "Os funcionários demitidos eram supervisores que ocupavam cargos comissionados, de confiança. Em uma mudança de governo nada mais normal que estes cargos fiquem à disposição do novo governo", justifica. "Essas demissões não serão revogadas."

Divergências à parte, sindicatos, associações e governo acertam o passo em um ponto. "O programa Saúde em Casa não vai acabar", promete Kalume. "O governo tem mostrado que pretende manter o programa" admite Rejane, da CUT e do Sinpro. "É um programa muito importante, que também alivia o atendimento nos prontos-socorros do DF", endossa Kalume.

A trégua ou o consenso parece que somente daqui a cinco meses, quando a Secretaria de Saúde terminar a reavaliação do programa. "Nós estamos passando um abaixo-assinado pela população para que elas manifestem-se sobre a permanência do Saúde em Casa", antecipa Rejane. Para hoje, às 9h, está marcada mais uma manifestação nas entrequadras 17/19, do Setor 0, na Ceilândia.